



*Texto original: inglés
Traducción no revisada*

1ª Congregação Geral

2 de outubro de 2024

APRESENTAÇÃO DOS RELATÓRIOS DOS 10 GRUPOS DE TRABALHO CRIADOS PELO PAPA FRANCISCO

Grupo 2

A escuta do grito dos pobres (RdS 4 e 16)

«Ouvir tanto o clamor da terra como o clamor dos pobres» (Laudato Si' n° 49)

Clarificar os nossos objetivos

A natureza indissociável das respostas aos gritos dos pobres e da terra adquiriu um carácter mais explícito no âmbito das questões seguidamente apresentadas, sendo abordados os obstáculos que impedem a Igreja de escutar esses gritos.

1. Que instrumentos tem já a Igreja à sua disposição para ir ao encontro daqueles que pedem para ser ouvidos, incluindo a própria terra? Que novos instrumentos seria útil introduzir?
2. Como reforçar a ligação entre a comunidade cristã que escuta e aqueles que trabalham diariamente ao serviço da caridade, da justiça, do desenvolvimento integral e da ecologia integral, a fim de evitar formas de deslegitimação e de desresponsabilização?
3. Como articular melhor as iniciativas de acolhimento, cuidado pela criação, promoção humana e caridade? Como acompanhar melhor a escuta e os serviços de caridade com ações de defesa dos “direitos dos pobres e excluídos e [...] a denúncia pública das injustiças” (RdS 4f)?
4. Como pode a investigação teológica aprender o que os pobres e a terra têm para nos ensinar, uma vez que “através dos seus sofrimentos têm um conhecimento direto de Cristo que sofre”?
5. Com que instrumentos pode a Igreja responder às necessidades formativas e espirituais daqueles que estão diretamente envolvidos no serviço da caridade e no cuidado da criação, na promoção da justiça e do desenvolvimento humano integral? Como podemos desenvolver uma espiritualidade que os apoie?

Os Pobres, Marginalizados e Excluídos

Os que são pobres, marginalizados ou excluídos podem ensinar ao resto da Igreja formas concretas e sustentáveis de escutar o seu clamor e o clamor da terra. Para além dos grupos identificados no Relatório de Síntese da Primeira Assembleia (4c, d;16), as vítimas de



discriminação por razões de casta e as pessoas com deficiência estão também incluídas entre os pobres ou excluídos, sendo que em toda a parte as mulheres se encontram entre os mais pobres dos pobres. O nosso trabalho será desenvolvido com base nas suas vozes.

Ministérios e Organizações

Muitos ministérios, organizações ou estruturas existentes, grandes ou pequenos, locais ou internacionais, com voluntários e/ou profissionais escutam e “caminham em conjunto com” os pobres, marginalizados ou excluídos. Outros praticam uma escuta e um cuidado ativos pela criação. Necessitam de espaço para falar e ser ouvidos. Começámos a consultá-los e compreendemos a importância de permanecer próximo daqueles que servimos e de estarmos abertos a aprender com eles e a ser evangelizados por eles. Os serviços e a *advocacy* devem estar alicerçados no encontro, diálogo e escuta. Esperamos partilhar exemplos concretos e específicos de uma atuação consentânea com estes objetivos.

Bispos e Líderes diocesanos

Os bispos e líderes diocesanos são responsáveis pela promoção da caridade, justiça social desenvolvimento humano integral e cuidado da criação, e pelo acompanhamento dos que trabalham nessas áreas. Estes partilharam que a falta de proximidade com os pobres, os marginalizados e os excluídos e a falta de compreensão da dimensão social da missão entre o clero e os fiéis leigos constituem obstáculos significativos para atender ao clamor dos pobres e da terra. Os contextos culturais e políticos das Igrejas locais podem representar desafios importantes, sendo igualmente perceptíveis tensões entre fé e obras, caridade e justiça, liturgia e ativismo, proselitismo e secularização. Apresentaram também exemplos de iniciativas concretas, como estudos regulares sobre a pobreza que constituem a base da defesa de direitos políticos e a inserção de seminaristas em comunidades pobres, por exemplo trabalhando durante o verão na apanha de fruta juntamente com trabalhadores migrantes.

Teólogos e Formadores

O processo sinodal veio evidenciar a necessidade de formação em atitudes de escuta, diálogo e discernimento e nos ensinamentos da doutrina social da Igreja. Nas nossas comunicações iniciais com alguns teólogos e formadores, constatámos ser necessária uma abordagem mais contextual, empiricamente fundamentada e comprometida à teologia. Existem exemplos encorajadores da prática de teologia por e em diálogo com as pessoas e as comunidades, com experiência direta e vivida das questões, como sejam as pessoas com deficiência e as vítimas de discriminação por motivos de casta.

Em cada continente, a doutrina social da Igreja e os ministérios sociais necessitam de ser adequada e fortemente “encarnados” e inculturados, pois se assim não for podem surgir incompreensões e resistências. Há potencial para trabalhar com as pessoas envolvidas no serviço da caridade, justiça social, desenvolvimento humano integral ou cuidado da criação através da conceção conjunta de programas de formação.

É essencial apreciar e promover um pluralismo de espiritualidades saudável que apoiem a escuta e a resposta ao clamor da terra e dos pobres. Alguns pontos de partida diferentes, mas complementares são, por exemplo: o serviço dos pobres e da terra pode decorrer da meditação, da Eucaristia e da Adoração (Lc 5,16); descobrir Jesus nos pobres e no sofrimento ecológico pode motivar o serviço e alimentar uma vida de oração (Mat 25); responder como Jesus à chamada para quebrar o jugo e libertar os oprimidos, incluindo a terra (Lc 4:16-19); a vida da comunidade pode motivar o diaconado e outros ministérios de serviço aos pobres e à terra (Act 4). O desrespeito pelos diferentes pontos de partida pode conduzir a conflito e polarização.



Todo o Povo de Deus

Todo o Povo de Deus é convidado a ir além das expressões de preocupação pelos pobres, marginalizados ou excluídos e pela terra e a tomar medidas concretas que respondam a essas preocupações.

O nosso Plano de Trabalho

1. Análise dos Documentos Sinodais (março - julho de 2024).
2. Breve estudo inicial de a) Bispos b) ministérios e organizações c) teólogos e formadores (julho – agosto de 2024).
3. Diálogo com os Bispos, ministérios e organizações, teólogos e formadores (novembro de 2024 – janeiro de 2025).
4. Identificação e descrição de exemplos concretos de boas práticas e recursos de desenvolvimento para reflexão e ação, que possam ser adaptados a diversos contextos (fevereiro – abril de 2025).
5. Elaboração de propostas concretas e práticas (maio de 2025).
6. Apresentação do relatório final (junho de 2025).